

Monocultura e conflito socioambiental¹

Carlos Eduardo Mazzetto Silva²

As formas históricas de apropriação da natureza e as agriculturas

Os cientistas estimam que os seres humanos ramificaram-se de seu ancestral comum com os chimpanzés - o único outro hominins vivo - há cerca de 5-7 milhões anos atrás³. Diversas espécies de *Homo* evoluíram e agora estão extintas. Estas incluem o *Homo erectus* que habitou a Ásia (um milhão de anos), e o *Homo neanderthalensis* (250.000 anos), que habitou a Europa. O *Homo sapiens* arcaico evoluiu entre 400.000 e 250.000 anos atrás.

As formas de apropriação da natureza pelos grupos humanos passaram por várias fases desde o surgimento do *homo sapiens* na forma moderna há cerca de 250-200 mil anos (*homo sapiens sapiens*). Durante todos esses séculos, a espécie sobreviveu como coletora-caçadora-pescadora, ou seja, praticando o extrativismo de diversas formas e vivendo de forma nômade. Apenas há cerca de 10.000 anos atrás, grupos humanos começaram a realizar cultivos alimentares, somando essa estratégia à prática já mais antiga da coleta, da caça e da pesca. O extrativismo ia completando seu ciclo como primeira e principal atividade de sobrevivência dos grupos humanos nos seus primeiros séculos de vida, mas nunca desaparecerá de suas práticas, como indica a atual era do petróleo (um extrativismo moderno), responsável pela viabilização da chamada Revolução Industrial.

Agricultura, extrativismo e criação de animais foram as 3 atividades articuladas que mantiveram as populações humanas no planeta por todo esse tempo, anterior a essa revolução. Em geral, essas 3 atividades eram articuladas e compunham agroecossistemas complexos e diversificados, em geral bastante integrados à vegetação nativa na qual estava inserida a comunidade. A domesticação de espécies e o desenvolvimento de práticas de produção agrícola e de processamento e armazenamento

¹ Texto produzido em fevereiro de 2011.

² Universidade Federal de Minas Gerais.

³ A Terra se formou há 5 bilhões de anos e teria começado a esfriar há cerca de 3 bilhões de anos permitindo a formação de mares primitivos e originando as primeiras formas de vida (bactérias e algas azuis); há 400 milhões de anos surgem os peixes; 300 milhões, os anfíbios; 50 milhões, os primatas (DIAS, 2002).

de alimentos vieram, claramente, no sentido de gerar maior *segurança alimentar*, um termo hoje resgatado no campo das políticas públicas que visam mais do que erradicar a fome. O manejo da vegetação fazia parte das estratégias de uso desses agroecossistemas. Na Europa, ressaltou-se, a racionalidade ocidental de separação e domínio da natureza fez desenvolver sistemas agrícolas “do limpo”, ou seja, que erradicavam a vegetação nativa para implementar seus campos de agricultura e/ou de pastagem. Isso é possível se detectar nas práticas agrícolas dos chamados “gaúchos”, termo que, na verdade, abrange os povos dos 3 estados do sul do país, de origem européia, diga-se de uma Europa mais alemã e eslava, pois a agricultura ibérica parece ter algumas diferenças em termos de práticas produtivas. Em contraste, os índios, caboclos, afro-descendentes e diversas comunidades camponesas mestiças de diversos lugares e biomas do país articularam e articulam agricultura com o uso e manejo da vegetação nativa, compondo paisagens agrárias muito integradas ao ambiente natural. Essas comunidades é que vem sendo chamadas hoje de *tradicionais*, adjetivo que, entre outros atributos, se refere a uma tradição ancestral de uso dos recursos do lugar/ecossistema que consegue manter a sustentabilidade das funções ecológicas do ecossistema, ao mesmo tempo em que propicia a reprodução física e cultural da comunidade. Esses sistemas tradicionais se caracterizam, é claro, pela diversidade: de cultivos, de estratégias, de atividades e, naturalmente, de saberes. A monocultura nunca foi parte de seu universo, pois não teria nenhuma utilidade no seu modo de vida, até pelo contrário, faria romper com o equilíbrio histórico e dinâmico entre comunidade-ecossistema.

Na Europa, os sistemas agrícolas anteriores à Revolução Industrial também eram bastante diversificados. Alguns autores consideram, inclusive, que a Primeira Revolução Agrícola no mundo ocidental se deu quando houve, junto com a prática de rotação de culturas, a aproximação entre agricultura e pecuária, o que fez potencializar a produção via cultivo de forrageiras para os animais e aproveitamento de seu esterco para fertilização das áreas de cultivo, além da intensificação do uso da tração animal nos trabalhos de cultivo da terra (Ehlers, 1996). Mendras (1978) chamou esse sistema de associação policultivo-pecuária, que caracterizaria os sistemas camponeses europeus. Isso teria se dado já no século XVIII, depois de séculos de sistemas de pousio com diversas variações de um lado e de pastoreio, de outro (Boserup, 1987). O sistema de pousio, o mais antigo e primitivo método de cultivo da terra, funcionava via

desmatamento e queima da vegetação nativa, plantio por alguns anos e posterior descanso da terra, abrindo-se então nova área. A fertilização nesse sistema era viabilizado pela queima da biomassa (carvão e cinza) e pela matéria orgânica acumulada no solo durante os anos/décadas em que a vegetação havia ocupado a área. Com a absorção desses nutrientes pelos cultivos sucessivos, a terra era deixada para pousio, ou seja, para que a vegetação a colonizasse novamente e a regenerasse. Esse método foi se tornando menos eficiente em função do adensamento demográfico que foi dificultando a destinação de terras para descanso. Nesse sentido, Boserup (1987) argumenta que os sistemas de pousio foram se intensificando na seguinte sequência: sistemas de pousio longo ou florestal, pousio arbustivo, pousio curto até chegar ao cultivo anual e aos cultivos múltiplos (em geral irrigados). Esse contínuo estaria relacionado ao aumento da pressão demográfica, levando a uma intensificação do trabalho e do uso da terra. Os sistemas de integração policultivo-pecuária-extrativismo, então, foram os sucessores dos sistemas de pousio, agregando estratégias de manutenção/regeneração da fertilidade dos solos: uso de esterco, plantas adubadeiras/regeneradoras, rotação de culturas, entre outras.

O advento da monocultura

O advento da monocultura viria no período de colonização do planeta pelas potências européias com as chamadas “plantations” de exportação, implementadas nos países colonizados, a partir de uma trinca perversa: latifúndio, monocultura e trabalho escravo. No Brasil, como se sabe, essa prática se inicia no século XVI com o monocultivo da cana-de-açúcar para fabricação e exportação em larga escala do açúcar para países da Europa. Se seguiram outras monoculturas como o cacau e o café. As duas sucumbiram ante problemas ambientais: doença no cacau (vassoura de bruxa) e erosão e esgotamento dos solos no caso do café (vide Vale do Paraíba e Zona da Mata mineira). A monocultura da cana sobreviveu, decrescendo na Zona da Mata nordestina, se consolidando em São Paulo e migrando, mais recentemente para outras regiões (inclusive o Triângulo Mineiro), ganhando agora novo fôlego com o advento dos agrocombustíveis.

O grande fator técnico incrementador das monoculturas foi a chamada Revolução Verde, que, na verdade, corresponde à revolução industrial na agricultura, também compreendida como a Segunda Revolução Agrícola. Alguns autores dão mais precisão a

esse processo, nomeando-o como apropriação da agricultura pela indústria: indústria de máquinas, de sementes/material genético, de produtos químicos, de processamento. É o domínio da lógica industrial na agricultura, a produção em série, em escala, com pacotes tecnológicos fechados; a monocultura é a base fundamental desse modelo. Para ser em série tem que ser homogeneizado, padronizado. Os ecossistemas complexos tem que ser transformados em agroecossistemas simplificados. Quem maneja esse modelo não pode ser um camponês rústico, mas um empresário-gestor. A lógica comunitária aqui não serve, mas sim a competitividade individual. A diversidade (biológica, sócio-cultural, econômica) não é compatível com o espírito da mono-cultura. O envolvimento local dá lugar ao des-envolvimento de fora para dentro. São os complexos produtivos agora que regem o destino dos espaços rurais. Complexos esses dominados pelas corporações transnacionais em rede (FRANCO da SILVA, 2002). A expressão agronegócio é a síntese da significação desse processo. Ele encerra e envolve, naturalmente, conflito. Conflito, inicialmente, pelo território, seja em forma do conflito de terra clássico, seja em forma de encurralamentos, expropriações, resistências e reapropriações de terras antes comunitárias (em geral devolutas), agora invadidas pelas monoculturas.

O caso da monocultura do eucalipto em Minas Gerais

Em Minas Gerais, esse fenômeno se deu muito claramente no processo de concessão de terras devolutas para expansão da monocultura do eucalipto (chamado equivocadamente de *reflorestamento*), visando atender ao complexo siderúrgico instalado no Estado. Em torno do ano de 2003, Minas Gerais tinha a maior extensão de monoculturas de eucalipto entre os estados brasileiros: 52,6% da área total, o que representava mais de 1,5 milhão de hectares (Quadro 1).

Quadro 1 – Áreas de plantios homogêneos de árvores por UF

Estado	Eucalyptus	%	Pinus	%	Total	%
Bahia	196.360	6,72	86.349	5,11	282.709	6,13
Minas Gerais	1.535.750	52,58	143.407	8,48	1.679.157	36,42
São Paulo	574.150	19,66	202.012	11,95	776.162	16,83
Paraná	54.150	1,85	605.130	35,80	659.280	14,30
Santa Catarina	41.550	1,42	348.960	20,65	390.510	8,47
Rio Grande do Sul	112.990	3,87	136.800	8,09	249.790	5,42
Outros	405.850	13,90	167.502	9,91	573.352	12,43
Total	2.920.800	100,00	1.690.160	100,00	4.610.960	100,00

Fonte: FANZERES, 2005, a partir de dados de ABPM⁴, ANFPC⁵, SBS – 2003.

O plantio homogêneo de árvores exóticas (principalmente do gênero *Eucalyptus*) inicia-se em 1944 em Minas Gerais com a Cia. Melhoramentos de São Paulo, na Serra da Mantiqueira, sul do estado. Mas, a expansão da monocultura de árvores começou “prá valer” a partir do final da década de 1960. Primeiramente, pela busca por terras de baixo preço (norte, nordeste, noroeste de Minas) para formar os maciços homogêneos e, posteriormente, para aproveitar os incentivos fiscais oferecidos pelo governo, administrados na ocasião pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Assim, as empresas plantadoras se expandem para regiões onde a estrutura fundiária é muito concentrada e vão se apropriando de terras que vão se valorizando rapidamente (FANZERES, 2005). Na década de 1970, vai se somar a esses fatores a política deliberada do governo do estado, através da RURALMINAS, no sentido de disponibilizar terras devolutas, nas chapadas dos cerrados do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, via concessão ou arrendamento dessas terras a preços simbólicos.

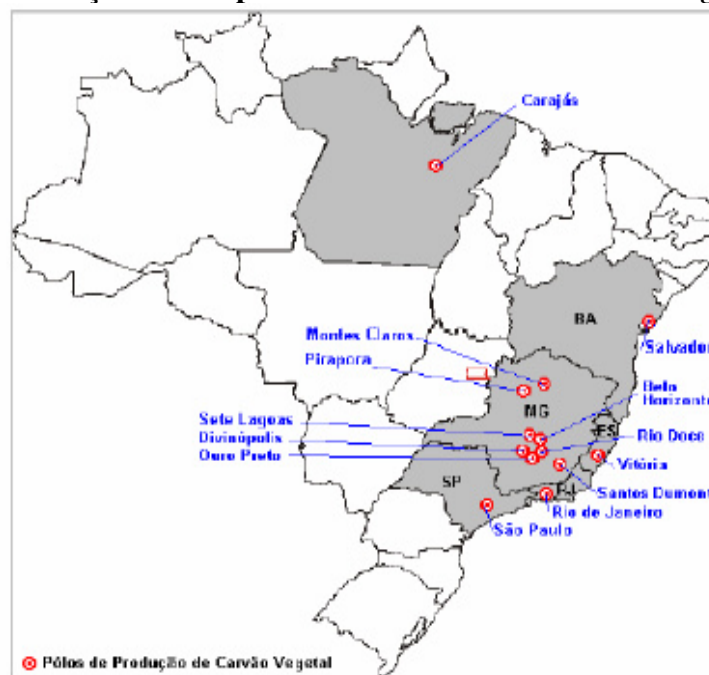
O deslocamento espacial das plantações de árvores teve comportamentos distintos ao longo do tempo no território mineiro. Até o início da década de 1970, a região Metalúrgica (se localiza nas regiões de planejamento Central e Rio Doce), Campo das Vertentes (se localiza na porção sul da região de planejamento Central), Zona da Mata e Sul de Minas, concentravam os principais pólos industriais do estado, representando mais de 55% da área plantada (Figura 1). Na década de 70, a região do Triângulo e Alto Paranaíba passa a despertar o interesse de empresas ligadas a atividades florestais, chegando esta região a deter 40% da área plantada no estado em 1973, a partir de quando sua participação decresceu (FANZERES, 2005).

⁴ Associação Brasileira de Preservadores de Madeira

⁵ Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose.

A diminuição, ou mesmo a estagnação das monoculturas florestais nessas regiões primeiras foi mais do que compensada pela expansão dos plantios nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha. Estas áreas de compensação contribuíram para impulsionar as formações de maciços florestais em Minas Gerais a partir de meados da década de 70.

Figura 1 – Localização das empresas consumidoras de carvão vegetal - Brasil



Fonte: MMA, 2001

Fonte: FANZERES 2005, a partir de MMA, 2001.

A mudança na organização espacial das plantações florestais teve também embasamento na mudança da legislação florestal, com a criação do já mencionado Fiset, que permitiu o surgimento de investimentos realizados por não consumidores diretos da madeira plantada e dos seus produtos (carvão, lenha, toras) (FANZERES, 2005). Além disso, as alterações que o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) promoveu no Fiset, a partir de 1980, também, explicam o porquê da preferência por essas últimas áreas, já que a região, subordinada à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), seria destinatária de 50% das cotas dos recursos desse incentivo fiscal, a partir de 1982. Esse fato, somado à política de concessão e arrendamento das terras devolutas nas chapadas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, reduziu o risco dos investimentos nessas regiões a praticamente zero e viabilizou a apropriação de enormes áreas.

Esses fatores fizeram explodir a área de monocultivo de árvores no estado. O Instituto de Geociências Aplicadas do Estado de Minas Gerais (IGA) realizou em 1982 e publicou em 1985, um levantamento da área plantada com árvores no estado, com o título “Reflorestamento em Minas Gerais”. De acordo com o IGA, a área total plantada com eucaliptos e pinheiros era equivalente a 1,809 milhões de hectares, distribuída em 309 (trezentos e nove) municípios do estado, ou seja, em quase todo território mineiro (IGA, 1985).

O Quadro 2 mostra os 10 municípios com maiores áreas plantadas na época. O fato da maioria dos municípios do Quadro 2 pertencerem ao Norte de Minas é função também da grande extensão destes municípios, já que em termos de percentual de superfície ocupada, vários municípios do Vale do Aço tem percentuais mais expressivos do que os da região norte. É importante salientar que o plantio homogêneo de árvores se espalha por várias regiões do estado como mostra a Figura 2, baseada em imagens de satélite recentes. De acordo com a divisão regional do IEF (Instituto Estadual de Florestas), as regiões que se destacam são: Norte, Alto Médio São Francisco, Alto Jequitinhonha, Noroeste, Centro Norte (onde se concentra o pólo guzeiro do estado – Figura 2), Centro Sul e Rio Doce. Parte das duas últimas formam o chamado Vale do Aço, onde se concentram algumas grandes siderúrgicas produtoras de aço e a indústria de celulose CENIBRA e onde estão os municípios com maior percentual de áreas com monocultura de árvores.

Quadro 2 – Municípios com maiores áreas de monocultivo de árvores em Minas Gerais – 1982

Município	Área plantada (ha)	% da superfície do município
Buritizeiro*	166.991,8	24,32
João Pinheiro	142.656,0	9,87
Januária*	117.458,7	7,93
Rio Pardo de Minas*	94.011,6	13,91
São João do Paraíso*	64.139,5	18,60
Bocaiúva*	52.823,9	9,21
Grão Mogol*	52.321,0	9,50
Uberaba	48.327,8	10,68
Lassance*	48.081,5	13,19
Itamarandiba**	42.665,4	15,11

*Municípios pertencentes à região Norte de Minas

** Município pertencente ao Vale do Jequitinhonha

Fonte: FANZERES, 2005, a partir de dados do IGA, 1985.

Figura 2 – Áreas de plantio de monocultura de árvores em Minas Gerais 2005



De acordo com Fanzeres, a área de monocultura de árvores (principalmente *eucalyptus* e *pinus*) em 2005 em Minas Gerais é estimada em 1,7 milhões de hectares, depois de ter chegado a cerca de 2,6 milhões na década de 1990. Outro estudo importante tem uma estimativa mais modesta. Já o levantamento da cobertura vegetal de Minas Gerais no ano de 2005, a partir de um estudo realizado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) em convênio com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) tem uma estimativa mais modesta: calcula a área de “floresta plantada” em Minas Gerais em cerca de 1.147 mil de hectares, sendo 994 mil de eucalipto (IEF e UFLA, 2005). Os representantes das cadeias produtivas envolvidas consideram que este número aponta para um déficit em relação à demanda de consumo especialmente de carvão vegetal, o que faz, segundo estudos de assessores das corporações desse setor, a fabricação de carvão se dar, em grande parte, a partir da vegetação nativa (GALAIS, 2009). Haveria, portanto, para este

setor, a necessidade de plantio de mais áreas de monocultura de árvores em Minas Gerais – estado que consome cerca de 60% do carvão vegetal produzido no país. A estimativa do documento da AMS (Associação Mineira de Silvicultura) é da **necessidade de plantio de 120 mil hectares/ano entre 2010 e 2020 para atender a demanda do setor siderúrgico** (GALAIS, 2009). Ou seja, com o argumento de defender a vegetação nativa de sua transformação em carvão, o setor propõe que haja incentivo para ampliação da área de monocultivo de árvores em Minas Gerais, visando dar sustentação ao complexo siderúrgico. A estratégia não é apenas de ampliar as áreas de monocultivo das empresas reflorestadoras, mas também viabilizar a “parceria” com pequenos produtores através do fomento, integrando-os à cadeia produtiva do setor siderúrgico e também celulósico. Tudo se reveste também do discurso do *desenvolvimento limpo* e da contribuição do setor para o *sequestro de carbono*, nomeando o carvão vegetal de “biocombustível sólido renovável” (GALAIS, 2009). De qualquer maneira, o cultivo do eucalipto ocupa uma das maiores áreas de culturas em Minas Gerais, mesmo utilizando o dado mais modesto do IEF (Quadro 3). Os dados das outras culturas do Quadro 3 são oriundos da Fundação João Pinheiro para o ano de 2004 (Data Gerais no endereço eletrônico da FJP).

**Quadro 3 – Área plantada dos principais cultivos em Minas Gerais
2004/2005 (1.000 ha)**

Cultivo	Área
Eucalipto	994 ⁶
Milho	1.353
Soja	1.096
Café	1.082
Feijão	449
Cana-de-açúcar ⁷	335

Fonte: FJP, 2010 (<http://www.datagerais.mg.gov.br/site/index.php>) e IEF e UFLA, 2005.

⁶ Dado do levantamento da UFLA e IEF em 2005 (IEF, 2005).

⁷ Essa área da cana-de-açúcar cresceu substancialmente nos últimos anos. Dados da Fundação João Pinheiro mostram que a produção de álcool em Minas Gerais passou de 7,2% em 2006 para 8,8% da produção brasileira em 2009, sendo Minas Gerais o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, atrás apenas de São Paulo.

A área de eucalipto praticamente empata com as áreas de soja e café, perdendo mesmo apenas para a cultura do milho que tem grande parte de suas áreas pulverizadas em pequenas plantações por todo o estado, muitas delas voltadas para o auto-consumo⁸.

O conflito entre monocultura de eucalipto e comunidades geraizeiras

As monoculturas de eucalipto são responsáveis por conflitos ambientais espalhados, principalmente, pelo sertão mineiro. O conflito aparece tanto no processo de apropriação das chapadas (antes terras de uso comum das comunidades camponesas) como na escassez de água que se impõe às comunidades encurraladas pelas monoculturas. Depoimentos que colhi numa pesquisa junto à comunidade de Vereda Funda no município de Rio Pardo de Minas confirmam e esclarecem a forma como se deu a apropriação da terra e a substituição do cerrado pela monocultura e o sentimento de perda dos recursos da biodiversidade das chapadas.

Foi poucas pessoas que reagiu, porque eles chegaram aí e simplesmente tapiô o povo, dizendo que isso ia melhorar muito, ia melhorar demais. Ia dar muito emprego pro povo, ia chover muito mais que chovia... Nessa época que eles fizeram isso aí, eles compraram alguma, pegaram aquelas assinaturinha pra fazer o contrato, porque no fundo memo ninguém vendeu esse trem. Eles não apresentam documento concreto, nunca apresentaram. Eles pegaram assinatura de algum, compraram na mão de algum e passaram um recibim passado debaixo dos pano... (S. Arcílio, geraizeiro de Vereda Funda, entrevista em setembro de 2004).

A gente sabia que ia fazer falta o cerrado. O problema foi que quando eles entrô, eles comprô nas mãos de algum, e dos outros eles tomô, que nem eu mesmo, eu num vendi nenhuma ... Mas comprô na mão do vizinho e entrô. Quem tivesse documento registrado eles comprava, mas eu num tinha aí num vendi. Num vendo mas fui atingido a mesma coisa porque eles quebrô a mesma coisa e plantou. Quem vendeu ao menos pegou aquela michariazinha, eles também num dava dinheiro, dava uma bola de arame, duas bolas... Quando nós era molecotim,

⁸ Conforme o Quadro 3 aponta, as monoculturas se expressam em Minas Gerais também na cadeia dos grãos (monoculturas de soja e milho – especialmente no Triângulo Mineiro), na cadeia sucroalcooleira (monocultura da cana-de-açúcar – Triângulo Mineiro) e na cadeia da carne (monocultura do braquiaria – em praticamente todas as regiões mineiras, mas especialmente nos Vales do Rio Doce e Mucuri e em todo o cerrado mineiro). De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, Minas Gerais é um dos estados brasileiros (junto com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) com maior número de cabeças de gado bovino: abriga 20 milhões de cabeças de gado de um total de 170 milhões do país – 12,3% do total (IBGE, 2006). As pastagens ocupam no Estado cerca de 20 milhões de hectares o que equivale a 56% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários em Minas Gerais (IBGE, 2006 - http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf). Em menor escala, talvez possamos incluir o café na lista das monoculturas presentes em Minas Gerais, ressaltando o fato de parte expressiva de sua produção advém de pequenas áreas de cultivo na Zona da Mata e no sul de Minas.

nós andava de carrinho de mão, panhando coco na chapada, caju, rufão, nessa chapada aí gente, lenha nós panhava nessa chapada, nós foi criado no mato. Hoje em dia cabou (S. Alcino Faustino Pereira, geraizeiro de Vereda Funda, entrevista em setembro de 2004).

A privatização da chapada provocou a perda das áreas de uso comum, onde a comunidade fazia extrativismo e soltava o gado em comum. A bela fala de Arcílio mostra a memória da chapada comum.

Nós é sangue mesmo dessa região aqui. No tempo dessa chapada aí eu ainda lembro como era, eu era menino. Eu tinha uns 12-14 anos, nós ocupava muito essa chapada aí pra caçá mangaba, rufão, coco, tinha muito coco, aquele coco de cacho. Cortava pau-d'água pra tirar ripa. Pai tinha um cavalinho vermeio. Tinha um jumentão (da mão torta, era criado solto) que corria atrás da gente. Muito gado na chapada... Era gado demais que vinha, só quando buscava, porque dificilmente o gado descia nas beiras de rio, porque tinha água, muita água nas pontas das cabeceira. (S. Arcílio, geraizeiro de Vereda Funda, entrevista em setembro de 2004).

A fala acima já anuncia o efeito mais dramático da substituição dos cerrados nativos pelas monoculturas no cerrado mineiro – o escasseamento das águas. Esse fenômeno se deu em função da alteração na função de recarga hídrica dessas chapadas, causando o secamento de nascentes e pequenos córregos das microbacias onde elas se instalam (MAZZETTO, 2009).

... a água começou a secar quando o eucalipto começou a crescer, foi crescendo e a água já foi minguando, minguando. Eu tinha água, a água de rega que tinha lá tocava uma roda de mandioca velha. Foi minguando, minguando até que parou... Quando eles cortô o eucalipto na cabeceira, perto da cabeceira, a água tornou a vim no rego, até na casa, pela terra outra vez. Mas aí era só a conta, pouquinho de água, não dava prá tocar nada. Quando o eucalipto tornou a crescer que já tinha um metro de altura, a água pifou e foi até hoje, nunca mais. (S. João Pereira Soares, Vereda Funda, entrevista em setembro de 2004).

Hoje acabô isso né, a terra enxugou, uma terra muito enxuta mesmo. Então a gente vê muita diferença. ... Há 5 anos foi uma falta de água incomparável... A gente via as coisa secando não tinha como fazê nada. Nessa época, prá falar a verdade só faltou a gente passar foi sede mesmo.. Na minha casa não tem nem estrada pra chegar água, a gente ficava correndo com vasilha pra casa de vizinhos... Andava longe prá tomar banho. Foi o ano mais difícil prá nós (D. Elisa, geraizeira de Vereda Funda, entrevista em setembro de 2004).

Essa escassez de água tem sido o fator mobilizador mais forte para essas comunidades encurraladas, como as dos geraizeiros de Vereda Funda. A situação extrema de falta de

água que a comunidade passou, a empurrou para a luta pela reapropriação territorial, entrando para a história da luta pela terra em Minas Gerais. Após anos de conflito, a comunidade conseguiu recuperar 5.000 ha de chapada que tinha sido arrendada pelo Estado à empresa Florestaminas. É um caminho que pode servir para mais cerca de 200 mil hectares de terras públicas arrendadas da mesma forma, cujos contratos venceram recentemente ou estão vencendo nos tempos atuais. Mas, não é uma iniciativa que partirá do governo estadual, ao contrário, terá que ser fruto de um processo de organização e luta das comunidades atingidas no enfrentamento com os interesses dos complexos produtivos em questão que ocupam espaços de poder nesse mesmo governo estadual.

Esse desafio tem a ver com a perspectiva de sobrevivência de outras culturas (não só agro) frente à expansão da mono-cultura. É o que registra essa última fala de Arcílio.

Mas essa história que mudou a nossa cultura, quase que mudou, muita coisa mudou, foi tudo através desse plantio de eucalipto. Até muitas coisa que tinha de tradicionais como o costume de cantá, de rezá, de cantá Reis, de fazê festinha, teve um tempo até que teve quase parado.

Afinal, importante resgatar a perspectiva de V. Shiva (2003) na crítica às monoculturas:

As monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. As monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria. (...) A expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica. Isso se aplica tanto à Revolução Verde quanto à revolução genética ou às novas biotecnologias.

E ainda:

As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções.

Referências Bibliográficas

BOSERUP, Éster. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CALAIS, Dárcio. *Florestas Energéticas do Brasil: demanda e disponibilidade*. Associação Mineira de Silvicultura (AMS), abril/2009. In: http://www.silviminas.com.br/Publicacao/Arquivos/publicacao_585.pdf

DIAS, Genebaldo F. *Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana*. São Paulo: Gaia, 2002.

EHLERS Eduardo. *Agricultura Sustentável*. Ed. Agropecuária, 1999.

FANZERES, Anna (coord.). *Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados*. Brasília, Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Ministério do Meio Ambiente, março, 2005. 261p.

FRANCO DA SILVA, Carlos Alberto. *Corporação e Rede na Fronteira Agrícola Capitalista*. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO-UFF/AGB. **Território Territórios**. Niterói: 2002, p. 177 a 196.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Perfil de Minas Gerais 2010*. Disponível em: <www.fjp.gov.br>, consulta em 01 de março de 2011, 181 p.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

IEF e Universidade Federal de Lavras. *Mapa da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

IEF. *Mapa da Regionalização do IEF, Postos de Fiscalização e Reflorestamento*. Belo Horizonte: arquivo digital do sítio do IEF, 2005.

MAZZETTO, Carlos E. Silva. *O Cerrado em Disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: Confea (Pensar o Brasil – Construir o Futuro da Nação), 2009, 264p.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente*. Ed. Gaia, 2003 (Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=liv&cod=_tecnicoagriculturaeco_log_1>).